

DEBATES CENSURADOS SOBRE A REDEMOCRATIZAÇÃO BRASILEIRA DURANTE A DÉCADA DE 1970 NO JORNAL CATÓLICO O SÃO PAULO¹.

José Wilson Assis Neves Junior²

Fabio Lanza³

Luiz Ernesto Guimarães⁴

RESUMO

A partir da análise das matérias vetadas, de forma prévia pela ditadura militar, do semanário católico *O São Paulo*, este artigo teve como objetivo debater a respeito das ambiguidades expostas pelos militares da cúpula do poder no que tange aos discursos e promessas relacionados ao seu ambíguo ideal de democracia, que será classificado a partir de um debate teórico. Mostraram-se imprescindíveis as contribuições da Sociologia das Religiões, da Ciência Política e da análise documental, que possibilitaram a classificação de mais dois diferentes ideais democráticos, fomentados pelo semanário durante o período de censura prévia (1972-1978), contexto no qual aspirar por qualquer ideal de democracia era considerado ameaça a Segurança Nacional. Estes dois últimos ideais foram classificados como “ideal democrático católico progressista” e “ideal democrático populista”. Foi comprovado o destaque histórico e político que se pode atribuir à equipe editorial d’*O São Paulo* no que tange a luta contra a ditadura militar no Brasil (1964-1985) e a favor da redemocratização brasileira.

Palavras-chave: Sociologia das Religiões; Ditadura Militar e Teologia da Libertação; Democracia; Política Brasileira.

INTRODUÇÃO

Em resposta às supostas ameaças comunistas que emergiam durante o governo de João Goulart⁵, que nas palavras de Skidmore (1991) possuiu um caráter nacionalista radical, – o início das reformas de base e da reforma agrária no Estado do Rio Grande do Sul e a possibilidade de rompimento com a contínua e abusiva exploração do Capital hegemônico

¹ Artigo não publicado em periódico, submetido e em processo de análise para publicação em revista científica.

² Mestrando e bolsista CAPES pelo Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Londrina. Bacharel/Licenciado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Londrina.). Pesquisador vinculado ao grupo de pesquisa CNPq História, Sociedade e Religião e ao projeto de pesquisa Estudo sobre religiosidade e mídia religiosa. E-mail: nevesjr1991@gmail.com

³ Doutor em Ciências Sociais, Professor Adjunto do Departamento de Ciências Sociais e Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Londrina/UEL-PR. Bolsista do CNPq de Pós-Doutorado no Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais na PUC/SP. E-mail: lanza1975@gmail.com

⁴ Doutorando em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista – Campus Marília (Brasil). Professor colaborador junto ao Departamento de Ciências Sociais. Pesquisador vinculado ao grupo de pesquisa CNPq História, Sociedade e Religião e ao projeto de pesquisa Estudo sobre religiosidade e mídia religiosa. E-mail: pr.ernesto@gmail.com

⁵ Presidente do Brasil (1961-64) deposto pelo Golpe de 64.

externo no Brasil – em meio à tensão global causada pelo contexto da Guerra Fria, as Forças Armadas e o exército brasileiro aplicaram o golpe de Estado – denominado erroneamente pelos militares, e por seus partidários, como revolução – que ficou conhecido na história da nação como “golpe de 64”.

Contudo

As massas populares não fizeram a “baderna” temida pela direita nem saíram em defesa do governo de Goulart como esperavam as lideranças reformistas. Em abril de 1964, elas foram ainda mais uma vez o parceiro-fantasma no jogo político (WEFFORT, 1980, p. 16).

A (contra)revolução⁶ de 64 (Golpe de 1964) teve início, como nos mostra Rezende (2001), com discursos em prol da democracia e do progresso social, tal fato pode ser absorvido a partir do discurso de Castelo Branco – primeiro presidente da ditadura militar no Brasil (1964-67) - no congresso convocado em virtude de sua eleição, nas palavras do mesmo era sua tarefa cumprir:

“plenamente os elevados objetivos do movimento vitorioso de abril, no qual se irmanaram o povo inteiro e as forças armadas na mesma aspiração de restaurar a legalidade, revigorar a democracia, restabelecer a paz e promover o progresso e a justiça social” (REZENDE, 2001, p. 68).

Entretanto, no decorrer dos três anos de governo do ex-presidente Castelo Branco, o que se observou foi à extinção completa dos direitos democráticos já conquistados pela sociedade brasileira e o início de uma ditadura sangrenta e brutal que perdurou no país por duas décadas (1964-85).

Os Direitos Humanos (ONU-1948) foram postos de lado, tendo em vista que as garantias civis foram desrespeitadas, em prol de uma política de Segurança Nacional pautado exclusivamente na legitimação da ditadura militar, deu-se partida, então, à perseguição a todos os sujeitos considerados como partidários da subversão a ordem instituída.

Com o advento da ditadura militar no Brasil, e em nome da Segurança Nacional, instalou-se um complexo sistema repressivo para combater a subversão e, ao mesmo tempo, reprimir preventivamente qualquer atividade considerada suspeita por se afigurar como potencialmente perturbadora da ordem (MAGALHÃES, 1997, p. 2).

⁶ O conceito de contra-revolução é o mais indicado na definição do ocorrido, pois, como nos mostra Florestan Fernandes (1975), tinha como objetivo a manutenção e preservação de uma ordem já instituída.

Aspirar por qualquer ideal democrático que não condissesse com o ambíguo conceito de democracia, que os militares visavam aplicar no Brasil, tinha como resposta a perseguição política e, em muitos casos, a aplicação de tortura, cujos relatos puderam ser apreendidos a partir do levantamento bibliográfico e da análise das matérias vetadas, de forma prévia, pela ditadura militar, no semanário *O São Paulo*⁷.

Um exemplo da aplicação de métodos de tortura, por parte dos militares, pode ser destacado a partir da análise da carta proveniente da Comissão de Justiça e Paz de São Paulo enviada ao semanário para divulgação da tortura do menor João Isidoro de Oliveira - preso em 14 de fevereiro de 1978 e reencontrado pelo pai em 24 de fevereiro do mesmo ano:

Daí o sr. Reis, chefe da investigação, comunicou-lhe que seu filho estava 'muito doente', com mancha no pulmão e distúrbios cardíacos e que por isso havia sido internado no Hospital Piratininga de Capão Redondo. No mesmo dia o sr. Reis levou o depoente para ver o filho. Ai pode constatar o lamentável estado em que se achava o filho: as duas pernas cortadas pelas ataduras de fios elétricos, com os quais foram aplicados ao menino choques com corrente de 220 Volts. Os pulsos também cortados por ataduras. Os dois olhos estavam enormemente inchados, assim como as pernas e os pés. As costas e o tórax inteiramente cobertos com escoriações e sinais de espancamentos. Viu também a ficha clínica do filho, na qual estão anotados problemas graves no coração e nos pulmões como consequência dos maus tratos que recebeu no 47º Distrito Policial (COMISSÃO DE JUSTIÇA E PAZ, 14/03/78, lauda 2).

Um dos artifícios utilizados pela ditadura em seu processo de legitimação se deu através da censura prévia dos meios de comunicação nacionais – entre eles o semanário católico *O São Paulo* – com o intuito de impedir a disseminação de ideias propensas a fomentar a subversão à ordem instituída, assim como qualquer possível questionamento aos abusivos meios utilizados pelas instituições responsáveis pelo combate aos denominados sujeitos subversivos.

A partir das matérias vetadas do semanário *O São Paulo*, de cunho da Arquidiocese de São Paulo, é possível observar – ao menos de forma um pouco mais abrangente – os bastidores da ditadura militar no Brasil (1964-85).

⁷ Acervo de matérias disponibilizados pela Arquidiocese de São Paulo para o CDPH-UJEL.

É inegável o fato da população brasileira, em sua grande maioria, estar vinculada a influência da Igreja Católica, desde os primórdios da colonização do território nacional, em sua formação moral e cívica. Desta forma, a Igreja Católica deve ser considerada como uma “instituição de central importância em nossa formação histórica e de fortíssima influência política e cultural” (JOANINO NETO, 1996, p. 6).

Neste ponto, o posicionamento de uma instituição de grande prestígio nacional, como a Igreja Católica⁸, torna-se essencial para a compreensão da formação da identidade do sujeito de fé e a influência política que deriva de suas experiências religiosas. Segundo Simmel (2011), encontramos a *fé* como um sentimento humano que ultrapassa as linhas da religião e se estende para a vida social como um todo, sendo um alicerce essencial para o bom funcionamento da vida em sociedade.

Este sentimento de *fé* simmeliano pode ser encontrado não só na relação do fiel para com sua divindade, mas, também no sentimento criado por um indivíduo, ou grupo de indivíduos, para com uma instituição, para com outro indivíduo, para com um grupo ou classe social, entre outros.

Salientamos, ainda, a importância histórica reservada ao semanário no que tange ao questionamento da ilegalidade do regime político instituído e da doutrina de Segurança Nacional da cúpula do poder militar, destacando também seu posicionamento em apoio à fomentação de ideais que possibilitassem a redemocratização do país.

Dentro desta perspectiva a disponibilização das matérias vetadas de forma previa pela ditadura militar no semanário *O São Paulo*, torna-se essencial para que se empreenda uma exploração de maior profundidade na temática.

A pesquisa teve como intuito distinguir os diferentes ideais e discursos democráticos fomentados e expostos nas matérias do semanário durante o período de imposição da censura prévia ao mesmo (1972-78), assim como debater a respeito do ambíguo ideal democrático defendido pelos

⁸ Salienta-se que nem todo o clero nacional estava vinculado à Teologia da Libertação, sendo visível – e abordado no decorrer do trabalho – a parcela conservadora do clero católico que demonstrava apoio ao governo ditatorial.

militares *castelistas*⁹, que em sua essência não possuiu nenhum vínculo com a democracia.

No decorrer do processo, será demonstrada a ambiguidade de instalação de um regime democrático em uma sociedade onde coexista, com este, o sistema capitalista de produção.

A classificação do grau de democracia que representa cada um dos ideais democráticos expostos neste artigo se dá a partir do modelo tricotômico de análise elaborado por Mainwaring, Brinks e Pérez-Liñán (2001)¹⁰, este modelo divide os regimes políticos em: democrático, semidemocrático e autoritário. Dentro desta perspectiva a democracia é entendida como um regime: (a) que promove eleições competitivas livres e limpas para o Legislativo e o Executivo; (b) que pressupõe uma cidadania adulta abrangente; (c) que protege as liberdades civis e os direitos políticos; (d) no qual os eleitos de fato governam e os militares estão sob controle civil (MAINWARING et all, 2001, p. 645)

Dos ideais democráticos percebidos através da análise do material, disponibilizado pela Arquidiocese paulistana e, a partir das pesquisas bibliográficas, serão apresentados no desenrolar da pesquisa os ideais *castelista*, católico progressista e populista.

Através de contribuições da Ciência Política almejar-se-á realizar uma classificação destes diferentes tipos de anseios democráticos a partir do modelo tricotômico de análise apresentado, na tentativa de contextualizar historicamente a fomentação destes ideais.

Foi considerado não só a incompatibilidade da coexistência de uma democracia plena – na qual todos os cidadãos coexistam em igualdade absoluta política e economicamente - em um Estado capitalista, mas também a realidade ditatorial que havia sido instituída na sociedade brasileira.

Essa investigação destaca o importante papel do semanário *O São Paulo* durante o turbulento período de ditadura militar vigente no Brasil (1964-

⁹ Termo utilizado por Skidmore (1991) para designar os militares ligados a Castelo Branco – primeiro presidente da ditadura militar no Brasil (1964-67) – e ao seu ideal de democracia que permaneceu nas promessas dos discursos políticos de todos os seus representantes.

¹⁰ Os autores afirmam que “as classificações dicotômicas não são suficientemente sensíveis às variações de regimes, porque muitas caem em uma zona semidemocrática intermediária” (MAINWARING et all, 2001, p. 646).

85), explicitando as denúncias realizadas pelos editores do semanário contra as atrocidades cometidas contra os Direitos Humanos (ONU-1948) – torturas, perseguições políticas, censura prévia, extinção dos direitos democráticos e dos direitos de associação – em prol da Segurança Nacional e da continuação da relação de dominação burguesa, interna e externa, que vigorava no país.

O arquivo de 230 documentos e matérias vetadas foi distribuído e classificado entre: matérias censuradas (elaboradas pela própria equipe editorial); documentos externos (recebidos e impedidos de serem publicados); e matérias jornalísticas recebidas de outras agências de notícias (também vetadas).

O material proveniente do jornal *O São Paulo* foi entregue pela Arquidiocese de São Paulo aos cuidados projeto de pesquisa Estudos sobre Religiosidades e Mídia Religiosa¹¹.

No processo de investigação deste artigo foram selecionadas, de forma intencional de modo a conterem discursos ou referências aos diferentes ideais democráticos que foram expostos nesse trabalho, um total de seis matérias que abordassem a temática em questão neste trabalho, com o intuito de fornecer material de caráter qualitativo para a pesquisa.

A equipe do projeto de pesquisa “Estudos sobre Religiosidades e Mídia Religiosa” e o Centro de Documentação e Pesquisa Histórica da UEL (CDPH-UEL), em vínculo com a Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP), desenvolveram o processo de análise e digitalização das matérias vetadas, para viabilizar a consulta pública por meio da pesquisa digital¹².

OBJETO E FONTES DOCUMENTAIS

A complexidade do objeto de pesquisa fez necessária a busca de contribuições da área tanto da Ciência Política como da Sociologia, com ênfase nas contribuições provindas da Sociologia das Religiões, assim como da análise documental.

Segundo Portelli (1984), a partir de uma perspectiva gramsciana, a Igreja, assim como a religião em si, devem ser tomadas como *aparelhos*

¹¹ Projeto 0768 vinculado à PROPG-UEL, sob orientação do prof. Dr. Fábio Lanza.

¹² Disponibilizadas no link: <http://www.uel.br/cch/cdph/portal/pages/paginas-censuradas-d-o-sao-paulo.php>

ideológicos de Estado, ao passo em que exercem a função de disseminar em meio a sociedade civil o consenso que representa a ideologia da classe, ou grupos, dominante, garantindo a manutenção da dominação e a hegemonia em relação aos demais grupos, ou classes, sociais.

A discussão elaborada por Althusser (1985), a respeito do funcionamento dos *aparelhos ideológicos de Estado*, considera que diferentes formações institucionais (religião, sistema escolar, família, entre outros) podem vir a atuar enquanto reprodutoras da hegemonia instituída na sociedade civil, independente da sua condição “pública” ou “privada”.

Contudo, diferente de Althusser (1970) que considera os aparelhos ideológicos enquanto parte de um sistema de coerção imposto a força pelo Estado, Gramsci (2011) abre espaço para a existência de uma relativa autonomia ideológica das instituições sociais (tanto públicas quanto privadas) em relação ao domínio estatal, ao passo em que se considera a existência de determinadas divergências e diferenças ideológicas entre os grupos, ou classes, responsáveis não só gestão do Estado, como pela possibilidade de se constituir enquanto força contra-hegemônica.

O complemento desta perspectiva analítica ocorre por meio da compreensão de Gramsci da função exercida pelo clero católico no que tange a organização das massas populares a partir dos interesses da ideologia dominante – a hierarquia eclesiástica passa a se adaptar, portanto, à realidade social imposta pelo capitalismo, se consolidando enquanto intelectuais organicamente vinculados à uma classe, ou grupo, social tanto dominante quanto dominada (GRAMSCI, 1987).

Desta maneira, considerando a importância social reservada para a Igreja Católica no Brasil, podemos compreender a necessidade do apoio do clero conservador na legitimação da ditadura no Brasil, assim como o discurso proferido por Costa e Silva¹³ no qual, insinuou que a doutrina dos militares da cúpula do poder se pautava na doutrina social católica:

Recebemos com grande entusiasmo o apelo de Sua Santidade em favor do desenvolvimento integral do homem e do desenvolvimento solidário da humanidade; esses também são os nossos objetivos,

¹³ Militar de caráter radical, contrario as ambições democráticas dos militares *castelistas*. Foi o segundo presidente a assumir o cargo, de forma indireta, durante a ditadura militar brasileira (1967-1969).

convictos que estamos de que o desenvolvimento é o novo nome da paz (SOUZA, 2009, p. 4).

O clero progressista¹⁴ por sua vez – apesar de questionar a legalidade da ditadura instituída – possui a Teologia da Libertação, também, como um meio de combate as ameaças de fomentação de uma revolução de caráter socialista, como foi comprovado a partir das análises elaboradas no decorrer deste trabalho.

Suas críticas ao desrespeito aos Direitos Humanos (ONU-1948) estão fundamentadas na ascensão de qualquer tipo de Estado totalitário em uma sociedade, sendo ele de caráter de extrema direita ou de extrema esquerda.

Ao passo em que o clero vinculado a Teologia da Libertação não contesta de modo algum o sistema capitalista em si, ou o direito de propriedade privada, mas sim o modelo capitalista extremo, no qual reina uma desigualdade social gritante, e o regime ditatorial.

Podemos, portanto, afirmar que esta parcela do clero continua sendo constituída como Aparelho Ideológico de Estado – dessa vez, porém, simplesmente do Estado de ordem capitalista em âmbito internacional, e não do ditatorial brasileiro – tendo em vista que “a definição gramsciana de Estado permite definir a Igreja como um Aparelho Ideológico de Estado e por isso precisar suas relações com a ‘sociedade civil’” (PORTELLI, 1984, p. 37).

As Forças Armadas serão tomadas, a partir das contribuições de Raymundo Faoro, enquanto um segmento social dominante e tecnoburocrático que consolida seu domínio estamental juntamente com sua ascensão ao poder Executivo. Considerando que, para o autor, o domínio deve ser considerado estamental quando existe: “uma prática dirigente capaz de imobilizar partidos, grupos e classes. Os governantes agem sempre visando a favorecer os que fazem parte do grupo de poder e a perpetuar a exclusão de todos os demais segmentos” (REZENDE, 2008, p. 168).

¹⁴ Ao tratarmos da conceituação de clero progressista levaremos em conta que a mesma não passa de “uma designação inventada por partidos de esquerda, sem o devido conhecimento do ideário católico e de sua doutrina social, que os fazem progressistas no marco da tradição conservadora própria da Igreja” (MARTINS, 2011, p. 25).

Desta forma a inserção das Forças Armadas na sociedade brasileira se dá de maneira peculiar, diferenciando-se da perspectiva clássica marxista que classifica esta formação social enquanto parte do *aparelho repressivo estatal* (ALTHUSSER, 1985), que tem por função a utilização legitimada da violência para garantir a manutenção e reprodução da relação de dominação. Contudo ao analisar historicamente a política brasileira é perceptível o papel desempenhado pelas Forças Armadas enquanto um dos segmentos dirigentes que compõem o Grupo no Poder brasileiro, se colocando em determinados momentos históricos como protagonista em relação aos demais grupos dominantes, inclusive da burguesia (FAORO, 2012).

Destacamos que a análise documental pode “nos dizer muitas coisas sobre a maneira na qual os eventos são construídos, as justificativas empregadas assim como fornecer materiais sobre os quais basear investigações mais aprofundadas” (MAY, 2004, p. 205).

Em continuação, segundo Moreira (2006), este tipo de análise delimita dois tipos de matérias com os quais o pesquisador pode vir a trabalhar, sendo elas constituídas por fontes primárias – documentos institucionais ou oficiais, cartas privadas ou mesmo escritos pessoais - e fontes secundárias – jornais, revistas, boletins, catálogos -, dada a presença de ambos os tipos dentro do acervo disponibilizado pela Arquidiocese de São Paulo, assim como a presença das fontes primárias provindas de documentos oficiais contidos no acervo, a pesquisa se responsabiliza pela análise dos dois tipos de fontes documentais.

Cellard (2008) aponta as precauções que devemos ter antes de dar início a uma análise documental, sendo necessário, para tanto, um estudo prévio sobre as cinco categorias que possibilitarão uma melhor análise dos documentos fornecidos, sendo essas categorias: 1º o contexto histórico no qual os documentos foram produzidos; 2º conhecimento sobre o autor que produziu o documento; 3º autenticidade e confiabilidade do documento (com o intuito de descobrir se os documentos não foram adulterados por indivíduos de má fé); 4º a natureza do texto; e, por fim, 5º os conceitos-chave e a lógica interna do texto.

Contextualizando historicamente o período de produção dos documentos, encontramos uma tensão mundial causada pela Guerra Fria, a

implantação de um Estado ditatorial no Brasil que tinha como proposta combater qualquer possível ameaça comunista à nação brasileira, garantindo, desta maneira, a continuidade do sistema de produção capitalista, de caráter dependente, na sociedade brasileira.

Encontramos ao mesmo tempo uma mudança ideológica em parte do clero católico brasileiro que, influenciados, como nos mostra Wanderley (2007), pelo Concílio Vaticano II (1961-65) e pela Conferência Episcopal de Medellín (1968), voltaram sua atenção para as camadas desfavorecidas da sociedade (pobres, operários, jovens, perseguidos políticos).

Sobre a autoria dos documentos, temos a possibilidade de acesso à documentos provindos do clero progressista, e seus filiados, nos quais se expõe claramente o questionamento ao *status quo* e a já mencionada política de Segurança Nacional.

Devemos considerar que a possibilidade de analisar os discursos de diferentes pontos de vista acaba por fertilizar um terreno com muito mais riqueza para a análise que se sucede.

Dada a procedência dos documentos utilizados – sendo os documentos do semanário *O São Paulo* fornecidos pela própria Arquidiocese de São Paulo¹⁵ - torna-se incontestável a autenticidade dos documentos.

Da natureza do texto devemos destacar os documentos disponibilizados pela Arquidiocese paulistana como produzidos com o intuito de alcançar toda a massa populacional brasileira. São, portanto, fontes de produção documental que devem ser tratadas com o cuidado peculiar.

Os conceitos-chaves, para finalizar, são absorvidos a partir de uma análise inicial dos documentos, tendo delimitado todas as demais categorias que antecedem a análise documental, cabe ao pesquisador valer-se dos conhecimentos adquiridos para dar início a uma pré-análise dos documentos com o intuito de categorizar os conceitos que achará relevantes para sua pesquisa.

Deve-se salientar que os conceitos podem ter diferentes significados de acordo com o contexto histórico no qual são aplicados, e por isso mesmo, é

¹⁵ Instituição responsável pela edição e publicação do semanário.

necessário todo o procedimento já explicado para garantir uma análise documental com maior qualidade científica.

A partir da análise foi possível definir os diferentes ideais democráticos que floresceram no período da ditadura militar brasileira (1964-85), com ênfase nos ideais expostos nas matérias censuradas, de forma prévia pela ditadura militar, do semanário *O São Paulo* durante a década de 1970, também foi necessário debater sobre o ideal democrático ansiado pela cúpula do poder militar no decorrer das duas décadas de ditadura no Brasil, que a partir de uma discussão teórica será apresentado como um ideal de semidemocracia.

Assim, a partir de contribuições da Sociologia, com ênfase na Sociologia das Religiões, da Ciência Política e da análise documental, este trabalho buscou compreender e discutir os diferentes ideais democráticos expostos nas matérias vetadas, de forma prévia pela ditadura militar, do semanário *O São Paulo*, evidenciando o importante papel exercido pelo jornal católico durante o período da ditadura, com ênfase nos anos de imposição da censura prévia (1972-78).

OS MILITARES CASTELISTAS E O AMBÍGUO IDEAL DEMOCRÁTICO DA CÚPULA DO PODER MILITAR

Em abril de 1964, a elite nacional dominante e os militares brasileiros aplicaram o golpe contrarrevolucionário – dado ao fato de suas intenções de manutenção de uma ordem já instituída e ambições de combater possíveis ameaças a esta ordem - que ficou conhecido na história como Golpe de 64.

O então presidente do Brasil, João Goulart, foi deposto – de forma questionável no que tange à legitimidade – e foi instituído um governo militar com a premissa de caráter provisório que pudesse combater as “ameaças” comunistas fomentadas durante o governo de João Goulart, assim como garantir a continuidade da democracia no território brasileiro.

O discurso proferido por Castelo Branco – o primeiro militar a exercer a presidência do Brasil durante a ditadura (1964-67) – no congresso convocado para a realização de sua eleição para presidente expõe claramente

o compromisso de seu mandato para com a democracia nacional, nas palavras do próprio Castelo Branco:

cabia a ele cumprir plenamente os elevados objetivos do movimento vitorioso de abril, no qual se irmanaram o povo inteiro e as forças armadas na mesma aspiração de restaurar a legalidade, revigorar a democracia, restabelecer a paz e promover o progresso e a justiça social (REZENDE, 2001, p. 68).

Por outro lado, os eventos que se sucederam durante a presidência de Castelo Branco comprovaram que, contrariamente a este discurso, apenas uma parcela restrita da cúpula do poder militar – denominados por Skidmore (1991) como *castelistas* – almejava a continuidade do exercício democrático na nação brasileira.

Fato crucial para a validade desta afirmativa se constitui nas eleições de 1965, que seriam cruciais na legitimação do – até então – governo militar provisório.

O primeiro revés eleitoral do governo aconteceu com a eleição para prefeito de São Paulo em março de 1965. Foi um revés porque o vencedor, brigadeiro Faria Lima, havia sido apoiado por Jânio Quadros, já privado de seus direitos políticos. Embora o governo Castelo Branco não tivesse interesse direto na eleição, o resultado desagradou os militares da linha dura, que estavam ficando nervosos com a eleição de onze governadores marcada para outubro de 1965 (os outros nove seriam sufragados em um ciclo eleitoral diferente). Para muitos militares, a solução era suspender as eleições diretas de modo a se evitar a derrota do governo (SKIDMORE, 1991, p. 93).

Não bastando, contudo, a primeira derrota eleitoral militar aproximava-se as eleições de outubro de 65, com as promessas de garantia de respeito aos resultados democráticos por parte de Castelo Branco, que poderiam por em cheque a legitimidade do Golpe de 1964.

Segundo Skidmore (1991), como resposta ao ocorrido, o então presidente conseguiu a aprovação de duas ementas que garantissem o melhor controle do sistema eleitoral, sendo a primeira uma ementa constitucional que obrigava a comprovação de moradia fixa por parte dos candidatos nos respectivos estados nos quais almejassem concorrer e a segunda, sendo constituída como uma “lei de inegibilidade”, na qual era vetado a eleição de qualquer candidato que houvesse exercido cargo como ministro do governo de João Goulart, a partir de 1963.

As eleições, contudo, se sucederam normalmente e para o desagrado dos militares linha dura os governadores apoiados por Jânio Quadros foram vitoriosos nos dois principais Estados brasileiros – dos onze em que houve eleições -, sendo eles Guanabara e Minas Gerais.

Apesar de suas promessas de cumprimento dos resultados democráticos, Castelo Branco, foi compelido a baixar o AI-2, na tentativa de amenizar as ameaças da linha dura.

O AI-2 estabeleceu em definitivo que a eleição para presidente e vice-presidente da República seria realizada na maioria absoluta do Congresso Nacional, em seção pública e votação nominal. Reforçou ainda mais os poderes do Presidente da República ao estabelecer que ele poderia baixar decretos-leis em matéria de segurança nacional (FAUSTO, 2006, p. 262).

O conturbado processo eleitoral de 1965 acarretou no bloqueio da continuidade do grupo *castelista* no poder nacional, sendo Castelo Branco sucedido por Costa e Silva (1967-69) e Médici (1969-1974), militares representantes da linha dura.

Deste modo, segundo matéria vetada, de forma prévia pela ditadura militar no Brasil (1964-85), do semanário católico *O São Paulo*

A partir de 1969, o caráter facista do governo militar se tornou mais evidente: autoridades eclesiásticas, bispos, sacerdotes, conheceram as prisões da polícia secreta. Os métodos de tortura, que superam qualquer fantasia eram parte do dispositivo para desarticular a esquerda (OSP, 3 de março de 1978, lauda 7)¹⁶

Destacamos ainda que é dentro do período Costa e Silva (1967-1969) que se concretiza a consolidação do domínio estamental das Forças Armadas sobre o Estado e a consequente supressão dos poderes da sociedade civil brasileira no campo político, tendo em vista que com a instauração do AI-5 (em dezembro de 1968) torna-se visível que:

As práticas estamentais também operam imobilizando os poderes, de modo que nem o Legislativo nem o Judiciário encontram-se, de fato, desatrelados do Executivo. Nesse caso os três poderes giram em torno de interesses de alguns grupos, e não em torno dos interesses da nação (REZENDE, 2008, p. 168)

O período Médici pode ser considerado como o mais violento da ditadura militar no Brasil, foi durante este que foi imposta a censura prévia aos

¹⁶ Matéria de 7 laudas constando como autoria apenas o nome “Oglai”.

meios de comunicação nacionais e, segundo Fausto (2006), no qual as torturas e perseguições políticas se tornaram mais intensas. Segundo dom Benedicto Ulhôa Vieira

Médici foi um homem assim muito insensível. Eu acho que ele passa a história do Brasil como um dos piores governos que nós já tivemos, pela desumanidade, pela maldade. Ele tinha consciência da tortura no Brasil e tudo mais [...]. A censura do jornal *O São Paulo* era tremenda, os sensores iam à noite para a tipografia onde se imprimia o jornal... (In LANZA, 2006, p. 85).

Médici, por sua vez, assim como Castelo Branco, não conseguiu manter sua linha militar no poder após o fim de seu governo, sendo substituído por Ernesto Geisel (1975-79) em seguida João Baptista Figueiredo (1979-85), ambos ligados ao grupo *castelista*, que, por fim, deram início à abertura política no Brasil.

Há de se salientar que, apesar das divergências entre o grupo *castelista* e o grupo linha dura, os discursos a respeito da democracia estiveram presentes no decorrer de toda a ditadura militar. Em uma matéria vetada do semanário *O São Paulo*, é possível observar que

Segundo a revista da Pro Mundi Vita, os quatro presidentes revolucionários declararam solenemente que dariam um regime democrático. Mas até agora nada foi cumprido; ao contrário, a ditadura permanece. A razão seria que a conjuntura continua sendo desfavorável para o reestabelecimento da democracia (OSP, 3 de março de 1978, lauda 6).

O que devemos atentar neste momento é que, mesmo para os militares do grupo *castelista* – que demonstravam maior comprometimento com o processo de redemocratização brasileira:

A democracia era tomada pelos militares e civis que conduziram o movimento de 1964 como um regime político que não tinha que ser, necessariamente, controlado pelos civis. Ou seja, a sua suposta democracia seria revigorada através da restauração de uma legalidade, de uma paz e de um progresso com justiça social a partir da atuação de um determinado grupo que estaria incumbido desta tarefa em nome de um todo abstrato definido como povo (REZENDE, 2001, p. 68).

Dessa forma, ainda segundo Rezende (2001), a ambição militar era criar na sociedade brasileira um sentimento de aceitação completa dos ideais de ordem social vinculados à cúpula do poder militar.

Primeiramente, devemos considerar o caráter desenvolvimentista que representava não só o ideal democrático do exército brasileiro, como já havia se consolidado como consenso econômico desde a década de 1950 (FARIA, 2008), e que, dentro do contexto de ditadura militar, tinha como princípio essencial a manutenção do sistema de produção e o alcance de metas econômicas determinadas, através de quaisquer meios necessários.

Em um segundo momento, é necessário ter consciência do vínculo dos militares *castelistas* para com a elite burguesa nacional e com o Capital internacional (com destaque para os Estados Unidos).

Pegemos, então, outra das matérias vetadas do semanário, na qual se discute o discurso proferido por Geisel em Tóquio (1976) no qual

O presidente foi claro em fazer a apologia ao regime democrático, mas também o foi ao condicionar sua existência à previa solução dos diversos problemas de caráter social existentes em algumas áreas da país. Sem resolver tais problemas – disse o presidente – não poderemos ter democracia (OSP, 1976, p. 1)¹⁷.

Tem-se claramente exposto o condicionamento da garantia da continuidade do sistema capitalista, e o alcance das metas do modelo desenvolvimentista, na sociedade brasileira para dar início a um processo de redemocratização, que não sofra ameaças comunistas em decorrência da franqueza econômica nacional decorrente da crise.

Na mesma matéria, o redator do semanário *O São Paulo*, responsável pela discussão, rebate as afirmações feitas por Geisel, demonstrando seu descontentamento para com as palavras proferidas pelo então presidente, ao mesmo tempo em que fomenta a possibilidade de trilhar um caminho inverso, no qual a superação da crise econômica e dos problemas sociais brasileiros estariam diretamente condicionados à conquista da liberdade e ao exercício da democracia.

Devemos salientar que para Wood (2011) o Estado capitalista por si só inviabiliza a constituição de um regime democrático por excelência, tendo sempre em vista que:

É necessário, em primeiro lugar, não ter ilusões a cerca do significado e dos efeitos da democracia no capitalismo. Isso representa não somente a compreensão dos limites da democracia capitalista, o fato de que até mesmo um Estado capitalista democrático pode ser

¹⁷ Matéria não consta autoria e a data de produção esta restringida ao ano (1976).

restringido pelas exigências de acumulação de capital, e o fato de que a democracia liberal deixa essencialmente intacta a exploração capitalista, mas também, e ainda mais particularmente, a *desvalorização* da democracia (WOOD, 2011, p. 233).

É visível a partir desses apontamentos, portanto, a ambiguidade democrática instalada em qualquer Estado no qual reine o sistema capitalista de produção, dado que a necessidade de privilegiar a acumulação de capital, por si só, já derruba a possibilidade de constituição de uma democracia plena.

Nesse ponto é cabível apresentar o discurso de Figueiredo no qual, concordando com Geisel, o período de quase duas décadas de ditadura militar deveria ser tomado “como um acontecimento irreversível que, transformando qualitativamente a sociedade brasileira pelo alcance de sua obra extraordinária, projetaria sobre o futuro um ideário que há de inspirar muitas gerações” (REZENDE, 2001, p. 304).

Tomemos emprestados aqui o conceito de *fé* simmeliano. Segundo Simmel (2011), a *fé* é concebida como um sentimento natural e essencial para a construção da vida em sociedade, não estando, porém, restrito às instituições religiosas.

Esse tipo de sentimento pode ser expandido para a figura de um líder social, de um documento de lei que garanta direitos aos cidadãos, ou mesmo de um grupo ou parcela da sociedade responsável por determinado papel social.

Podemos, dessa forma, absorver, a partir do discurso de Figueiredo, um real intuito de inculcação de um sentimento de *fé* simmeliano no poder militar - assim como nas figuras responsáveis pelo período de ditadura e redemocratização brasileiras, vinculadas à cúpula do poder militar – nas crenças políticas da sociedade brasileira.

Devemos ainda acrescentar que segundo discurso realizado em 1982, pelo então ministro do Exército General Walter Pires, com a abertura democrática não seria permitido “alçar para o futuro chefe de governo quem não tinha o respaldo do passado e os predicados que o habilitassem a conduzir os destinos da grande democracia, cujos pilares foram erguidos e serão mantidos pelos ideais da revolução de 1964” (In: REZENDE, 2008, p. 177).

A partir das noções apresentadas a respeito do ideal democrático *castelista* retomemos o modelo de análise tricotômico apresentado por Mainwaring, Brinks e Pérez-Liñán (2001). Com a consolidação deste ideal de democracia em meio a sociedade brasileira desencadear-se-ia:

- A) Promoção de eleições competitivas limitadas pelo estamento tecnoburocrático militar e pelos ideais que compunham a doutrina de Segurança Nacional.
- B) Pressuposição de uma cidadania que convivesse com as barreiras impostas pela incapacidade de crítica política e de contestação da ordem social vigente, em outras palavras, consolidação de uma massa domesticada pelos ideais militares.
- C) Proteção das liberdades individuais e dos direitos políticos desde que os mesmos estivessem de acordo com as ideais defendidas pela doutrina de Segurança Nacional e não fossem propensos à subversão ao comunismo ou ao socialismo.
- D) Constante controle da governabilidade civil por parte do estamento militar.

Dentro desta perspectiva analítica encontramos a incapacidade deste ideal democrático de ser classificado como tal, sendo que na melhor das hipóteses este modelo político idealizado desencadearia no que Mainwaring, Brinks e Pérez-Liñán (2001) classificam como semidemocracia, se não na continuação do totalitarismo representado pelo domínio estamental militar do Estado nacional.

O processo de redemocratização nacional e abertura política iniciados por Geisel (1975) tinha, contudo, uma necessidade muito maior do que simplesmente saciar os anseios semidemocráticos do grupo *castelista*.

Como nos mostra Fausto (2006), não somente o forte combate exercido pela Igreja Católica – pela parcela progressista ligada à Teologia da Libertação e ao arcebispo Dom Hélder Câmara, deve-se acrescentar – como as constantes ameaças de aumento do poder por parte da vertente linha dura dos militares da cúpula do poder poderiam pôr em cheque as garantias de um processo de redemocratização que pudesse se concretizar no modelo idealizado pelos *castelistas*.

Nota-se, por conseguinte, o turbulento cenário político instaurado pela ditadura militar no Brasil (1964-85), no qual se consolidou uma cúpula do poder militar dividida por diferentes ideais de sociedade capitalista democrática.

As divergências entre a cúpula do poder militar acabaram por acarretar a ascensão dos militares da linha dura à presidência do Brasil – Costa e Silva (1967-69) e Médici (1969-74) – o que culminou no período mais sangrento da ditadura militar no país, no qual foi instituída a censura prévia aos meios de comunicação nacionais, entre eles o semanário católico *O São Paulo* – o qual permaneceu velado pelos censores militares durante a década de 1970.

DIFERENTES IDEAIS DEMOCRÁTICOS EXPOSTOS NAS MATÉRIAS VETADAS DO SEMANÁRIO O SÃO PAULO (1972-78)

É de demasiada importância destacar o papel exercido pela Igreja Católica, destacando as atuações do clero progressista, durante o período de ditadura militar no Brasil (1964-85), assim como dos meios de comunicação ligados a essa parcela do clero brasileiro dado ao fato de que

A Igreja brasileira foi um alvo preferencial de censura. O governo fechou diversas estações de rádio, impediu publicação e distribuição de documentos episcopais, e usou a Bipartite para pressionar os bispos para que evitassem, baixassem o tom ou voltassem atrás em suas declarações. A campanha contra a Igreja se tornou mais intensa quando o clero assumiu seu papel de ser 'a voz dos que não tem voz'. Um exemplo foi o semanário arquidiocesano *O São Paulo* (SERBIN, 2001, p. 349).

A partir de informações como esta e com a possibilidade de acesso aos documentos do acervo¹⁸ de matérias censuradas pela ditadura militar, durante a década de 1970, do semanário católico, é compreensiva a necessidade acadêmica, reservada às Ciências Sociais, de aprofundamento na análise documental destes, para que haja, em decorrência, uma melhor compreensão dos bastidores da ditadura militar, assim como do papel exercido pela Igreja Católica em meio a esse contexto.

No decorrer do processo de análise das matérias vetadas, de forma prévia pela ditadura militar no Brasil, pode ser constatado a fomentação de

¹⁸ Disponibilizados ao CDPH-UEL pela Arquidiocese de São Paulo.

diferentes anseios democráticos em meio ao regime ditatorial militar que havia sido instaurado na sociedade brasileira.

Uma das matérias vetadas e selecionadas do arquivo do semanário *O São Paulo* torna incontestável tal afirmativa. Nela segue o seguinte trecho em destaque:

As aspirações do povo tem se manifestado nos últimos dias indicando que a única solução possível para a situação atual é simplesmente a democracia. Não bastaria, porém, uma simples mudança formal do regime, e nem apenas uma legislação nominal. É preciso um movimento democrático que instaure e oriente a marcha para refazer a vida do povo o que vale dizer um movimento capaz de ir às raízes da crise e de abrir um futuro novo que vença a tecnoburocracia e a maquiavélica vontade de poder dos políticos e dos grupos favorecidos que os incentivam (OSP¹⁹, 9 de agosto de 1977, lauda 1)

Ademais devemos destacar a repressão que se aplicava à fomentação dos mencionados anseios democráticos. Outra matéria vetada – nas mesmas condições das demais – do semanário destaca que

Propostas em favor de maior vitalidade democrática tem frequentemente esbarrado em argumentos preconceituosos quando não de força. E com isso o povo tem sido impedido de participar efetivamente do processo político e de levantar a voz para defender seus legítimos interesses (OSP²⁰, 1976, lauda 1).

Destes serão destacados nessa parte do trabalho o ideal democrático popular – ligado às figuras políticas de Jânio Quadros, Juscelino Kubistchek e João Goulart – assim como o ideal democrático defendido pelo clero progressista, ligado à Teologia da Libertação e à defesa dos Direitos Humanos (ONU-1948).

A partir do Concílio Vaticano II (1961-65) e das Conferências Episcopais de Medellín (1968) e Puebla (1979), conforme nos mostra Wanderley (2007), notou-se a cisão entre o clero conservador e o clero progressista na América Latina.

Vinculado à Teologia da Libertação, o clero progressista passou a voltar suas atenções para as camadas desfavorecidas da sociedade, como os pobres, os operários e os perseguidos políticos, enquanto o clero conservador, no Brasil, manteve seu apoio à ditadura militar e às classes dominantes.

¹⁹ Autoria constando apenas o codinome “GG”.

²⁰ Matéria não consta autoria nem data precisa de produção, apenas o ano (1976).

Um ideal de democracia, vinculado à Teologia da Libertação, surge, então, das vielas sangrentas que a ditadura militar espalhava pela sociedade brasileira. Pautado na defesa dos Direitos Humanos (ONU-1948) este ideal democrático católico progressista pode ser observado durante o processo de análise das matérias vetadas do semanário.

Tal ideal se torna explícito a partir da análise de uma matéria vetada do semanário, tendo origem na Arquidiocese de Olinda – sob a liderança de Dom Hélder Câmara – a matéria define o tipo de democracia almejada pelo clero católico progressista brasileiro. Para este grupo:

democracia não é e não pode ser sinônimo de ausência de autoridade; mas, também, não é criação do Estado (o que importaria em totalitarismo de direita ou de esquerda). Democracia é um regime político em que todos aceitam uma autoridade, que governa em nome do bem comum, poder maior ao qual as próprias autoridades estão sujeitas. Quanto a liberdade e aos direitos fundamentais do homem são realidades inerentes a condição humana (OSP, 1976, p. 7).

Dessa forma, ao mesmo tempo em que questionam o modelo político instituído pela ditadura militar no Brasil, criticam também a formação de um Estado socialista. A partir das análises expostas encontramos a desvinculação, portanto, de qualquer característica de *subversão* à ordem social capitalista que pudesse ser atribuída ao grupo progressista que representa a equipe editorial do semanário católico.

O enfoque desse ideal democrático, como se percebe, está pautado na defesa dos Direitos Humanos (ONU-1948). Ademais, deve-se considerar que apesar de questionar o regime ditatorial o clero progressista não se opõe, em nenhum momento, ao direito de propriedade privada que caracteriza o modelo de Estado capitalista internacional, mantendo-se, assim, a característica religiosa de Aparelho Ideológico de Estado gramsciano.

Entretanto, deve-se considerar que mesmo que houvesse qualquer vínculo, por parte do clero progressista, com aspirações de caráter comunistas, expô-los publicamente em um meio de comunicação de dimensão nacional, como o semanário *O São Paulo*, acarretaria em perseguições e repressões violentas aos religiosos responsáveis pela disseminação de tal conteúdo.

O regime militar tinha sido constituído com o intuito de repreender violentamente qualquer suspeita de ameaça comunista que tomasse forma na sociedade brasileira, dessa forma, “a doutrina da Segurança Nacional é a base

de luta contra o marxismo, com a exclusão do povo de participar do poder, para desenvolvimento da economia” (OSP²¹, 3 de março de 1978, lauda 4).

Segue ainda em matéria, a partir das leituras de documentos provindos do Vaticano, a especificação das exigências necessárias para a implantação da democracia no Brasil, sendo que “nesta abertura democrática que responda as aspirações do povo não pode deixar de levar em conta duas exigências fundamentais. Exigências que, aliás, já foram lembradas por Paulo VI, na *Octagesima Adveniens* (n. 43)” (OSP²², 9 de agosto de 1977, lauda 1).

Sendo que as duas exigências absorvidas da interpretação do documento se consistiam na repartição de bens e de poder. Em outras palavras, na diminuição da extrema desigualdade social que se instaurara no Brasil - em decorrência da crise econômica – e do processo de redemocratização que possibilitasse a real participação do povo no processo eleitoral, assim como a garantia do respeito aos resultados destas eleições.

Dessa forma a matéria se segue salientando que

Estas desigualdades e tais situações estruturais de injustiça que impedem a participação do povo e barram o acesso da multidão de pessoas à vida na dignidade humana são intoleráveis, e, felizmente, hoje vozes se fazem ouvir bradando pela necessidade de iniciar com urgência uma democracia que comece um percurso novo, e em outras bases do que aquelas apontadas nas últimas décadas (OSP²³, 9 de agosto de 1977, lauda 2).

Nota-se, portanto, uma crítica ao modelo democrático americano, que, segundo Wood (2011), está moldado para garantir a continuidade do poder aristocrático nas nações americanas, criando uma participação política limitada para as massas populacionais, garantindo assim a legitimidade da dominação da aristocracia capitalista. Ademais, segundo a autora

Uma premissa básica da democracia social, por exemplo, foi que a liberdade e a igualdade limitadas do capitalismo deverão produzir impulsos incontroláveis em direção à completa emancipação. Hoje existe uma tendência nova e forte de se pensar o socialismo como uma extensão dos direitos de cidadania, ou – e isso se torna cada vez mais comum – de pensar a “democracia radical” como um substituto para o socialismo. Como o termo *democracia* se transformou no slogan de várias lutas progressistas, o único tema

²¹ Autoria limitada ao nome “Oglai”.

²² Autoria restrita as siglas “GG”.

²³ Autoria restrita as siglas “GG”.

unificador entre os muitos projetos emancipatórios de esquerda, ele passou a significar todos os bens extra econômicos em conjunto. (WOOD, 2011, p. 232).

Tal citação descreve claramente os objetivos do clero progressista brasileiro, no qual um ideal de democracia se iguala, em determinados pontos, ao conceito de sociedade socialista, ao mesmo tempo em que a substitui, ao passo em que não abre mão de determinadas características básicas da sociedade capitalista.

O ideal democrático católico progressista, vinculado ao conceito de democracia radical, que foi formulado pelo clero católico vinculado ao semanário *O São Paulo* pode ser compreendido como uma resposta ao Estado ditatorial e suas políticas desenvolvimentistas, que tendiam a gerar e propagar a extrema concentração de bens e de poder em meio a sociedade civil.

Este ideal pode ser considerado, também, como uma ferramenta contra as rotulações do comunismo ou socialismo em voga na época. Portanto, desvinculando-se de qualquer possível represaria militar que pudesse ser empreendida contra o corpo editorial do jornal por acusá-lo de vinculado aos movimentos de esquerda (comunismo, socialismo, Revolução Cubana, Chinesa, dentre outros).

Devemos ainda considerar que o conceito de democracia radical forneceu a essa vertente do clero nacional a conciliação entre a doutrina cristã defendida pela Teologia da Libertação com a realidade imposta pelo Estado capitalista de modelo internacional, possibilitando a continuidade do exercício da função de Aparelho Ideológico de Estado - no que tange ao capitalismo globalizado - no sentido gramsciano, por parte deste clero, sem contradizer os ideais por eles defendidos contra as diversas repressões empreendidas pela ditadura militar no Brasil (1964-1985).

Outro ideal democrático a ser exposto neste trabalho está diretamente ligado às figuras de políticos brasileiros de caráter populista, como Juscelino Kubistchek (presidente do Brasil de 1956-61), Jânio Quadros (também presidente entre 1961-61), João Goulart (último presidente brasileiro antes da ditadura militar, 1961-64) e, por último, Leonel Brizola (governador do RS entre 1959-63).

Como nos mostra Weffort (1980), a ascensão do populismo nos países americanos está diretamente ligada ao acelerado processo de industrialização e urbanização ao quais estes foram expostos, assim como ao intenso fenômeno migratório desencadeado por este processo.

Sendo os grandes centros urbanos, com destaque para São Paulo, portanto, constituídos como verdadeiras placas de Petri ricas nas proteínas de melhores qualidades para favorecer o desenvolvimento do populismo.

Todos esses políticos, como nos mostra Fausto (2006), tiveram seus direitos de participação política cortados durante o período de ditadura militar no Brasil (1964-85). Porém, como já foi demonstrado anteriormente, grande parte dos candidatos apoiados por esses políticos populistas durante as eleições de 1965, saíram-se vitoriosos nas decisões das urnas.

Ademais, devemos salientar os relatos apresentados em uma das matérias vetadas do semanário a respeito do funeral de Juscelino Kubistchek (1976) na qual segue o seguinte grifo

Já no cemitério, onde o cortejo era formado por mais de 100 mil pessoas, a Polícia Militar tentou fechar o portão para impedir a entrada do povo. Desistiu, quando a multidão começou a por abaixo a cerca de arame e a gritar 'abaixo a ditadura'. Na catedral, Dom José Newton quase não conseguia concluir seu sermão – 'o Brasil perdeu um filho que muito amava' – e lá fora a multidão gritava 'JK', 'democracia' - e jogava flores no caixão (OSP, 1976, p. 1).

O populismo se constituía, então, como uma forte ameaça à cúpula do poder militar, ao passo que determinadas figuras políticas exerciam grande influência sobre a população brasileira. Chegando a fomentar o anseio pela redemocratização do país e mesmo o questionamento da legitimidade da ditadura militar²⁴.

As análises expostas deixam claro não só o papel exercido pelo clero progressista na luta pela redemocratização, pelo questionamento da legitimidade do *status quo* instituído pela cúpula do poder militar e pela defesa dos Direitos Humanos (ONU-1948), como também pelos anseios populares no que diz respeito ao processo de redemocratização nacional.

²⁴ O curto período disponível para a realização da pesquisa trouxe empecilhos para um maior aprofundamento no ideal democrático populista, com a disponibilização do acervo original das matérias censuradas, de forma prévia, do semanário *O São Paulo*, pela equipe editorial do próprio jornal e pela Arquidiocese de São Paulo, será almejada a realização de um futuro trabalho com maiores aprofundamentos na temática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do trabalho apresentado, pode-se atribuir o considerável, e inegável papel político-social do semanário *O São Paulo* - assim como do clero progressista brasileiro ligado à elaboração do mesmo - para a história brasileira no contexto da ditadura militar (1964-85).

O semanário foi aqui exposto como um importante instrumento de combate aos abusos infligidos à sociedade brasileira durante o período de ditadura militar (1964-85), por parte dos militares da cúpula do poder – assim como das elites dominantes nacionais que visavam a exploração e a alienação das massas em prol da manutenção e da continuidade da relação de capitalista de tipo dependente que impera na sociedade brasileira -, assim como na defesa dos Direitos Humanos (ONU-1948) e na publicização dos diferentes ideais democráticos fomentados no período de totalitarismo militar.

Dessa forma, ao questionar a imposição da censura ao jornal em 1973, Dom Lucas Moreira Neves²⁵ discursou preferir “*O São Paulo* fechado do que amordaçado” (SERBIN, 2001, p. 350). Nota-se, porém, a insistência por parte da cúpula do poder militar em manter a censura do semanário por um período de três anos a mais após o início do processo de abertura midiática em relação à censura prévia militar.

Salientando não somente o papel de destaque para o clero progressista brasileiro no processo histórico-político nacional como também do semanário *O São Paulo* durante o período de ditadura militar, no Brasil (1964-85), realçando a classificação da vertente progressista do clero brasileiro “como a principal adversária da ditadura” (LÖWY, 1991, p. 55).

A Igreja Católica foi aqui classificada como um *aparelho ideológico de Estado* – capitalista no que tange ao modelo internacional –, a partir do conceito gramsciano, considerando que mesmo a vertente progressista do clero nacional não almeja, em si, a desarticulação do Estado capitalista muito menos o incentivo a uma revolução de cunho socialista.

O Exército Brasileiro, por sua vez, foi delimitado como um segmento social dirigente dentro da relação de dominação Estatal brasileira (FAORO,

²⁵ Líder da área de comunicação da Arquidiocese de São Paulo e CNBB, porta voz episcopal no que diz respeito a temáticas da imprensa.

2012), salientando ainda os incidentes que desencadearam as disputas entre os militares da linha dura e os *castelistas*, demonstrando que a consequência das divergências entre essas duas vertentes culminou na ascensão dos militares da linha dura ao poder, por quase uma década, constituindo o período de maior repressão da ditadura militar brasileira.

A análise dos documentos restritos à população até então – as matérias e documentos do semanário²⁶ – possibilitaram uma melhor compreensão dos bastidores da ditadura militar.

Foi possível, através desse trabalho, expor os diferentes ideais democráticos que tomaram forma durante o período de ditadura militar no Brasil, realçando aqui o católico progressista (vinculado à Teologia da Libertação e a Dom Hélder Câmara), assim como o importante papel dos políticos brasileiros de caráter populista (Juscelino Kubistchek, Jânio Quadros e João Goulart) no florescimento de anseios democráticos na massa popular brasileira. Foi exposto e criticado – em decorrência de sua incompatibilidade com o conceito de democracia – o ideal democrático *castelista*, defendido pelos militares ligados a Castelo Branco.

No que se trata da democracia vislumbrada pela cúpula do poder militar, foi delimitado o caráter ambíguo de instalação de um sistema democrático em meio a uma sociedade capitalista, ainda mais quando consideramos a realidade brasileira de capitalismo dependente.

O Estado capitalista deve primar pela acumulação de capital, como função essencial de sua existência, desta maneira, um sistema democrático está sujeito, então, às limitações da esfera econômica, culminando em uma democracia limitada e defasada, tendo em vista a impossibilidade de garantia de igualdade políticas e econômicas plenas para todas as camadas sociais.

Do ideal democrático proveniente da vertente progressista da Igreja Católica brasileira, foi destacada a sua compatibilidade como o que Wood (2011) denomina de “democracia radical”. Sendo esta, portanto, uma formulação democrática que venha a substituir o ideal de socialismo nas nações atuais.

²⁶ Disponibilizados ao CDPH-UEL pela Arquidiocese de São Paulo.

Foi comprovado, por fim, o forte papel das figuras políticas de caráter populista da sociedade brasileira, na fomentação de anseios pela redemocratização em meio às massas populares nacionais que se encontravam em período considerado, por Weffort (1980), como fértil para o desenvolvimento do populismo, dada a realidade imposta pelo acelerado crescimento urbano e o desenvolvimento industrial que era imposto aos países da América Latina.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado**. São Paulo: Rumo Gráfica e Editora, 1970.

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos Ideológicos de Estado: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado (AIE)**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean et all. **A Pesquisa Qualitativa: Enfoques epistemológicos e metodológicos**, 3º ed. Rio de Janeiro: Petrópolis, Editora Vozes, 2012, pg 295-316.

FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro**. São Paulo: Globo, 2012.

FAUSTO, Boris. **História Concisa do Brasil**, 2º ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

FARIA, V. Desenvolvimento, urbanização e mudanças na estrutura do emprego: a experiência brasileira nos últimos trinta anos. In: SORJ, B; ALMEIDA, M. H. T. de. (org). **Sociedade Política no Brasil Pós-64**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere, vl 6**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2011.

JOANONI NETO, Vitale. **Estudos sobre a Comunidade Católica da Imaculada Conceição: uma experiência de organização popular em Bauru**. 1996. Dissertação (Mestrado) apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Unesp, Franca.

LANZA, Fábio. **Matrizes Ideológicas dos Arcebispos Paulistanos (1956-85): Um olhar sob o prisma do semanário o São Paulo**. 2006. Tese (Doutorado) em Ciências Sociais apresentada a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

LÖWY, Michael. **Marxismo e Teologia da Libertação**. Trad. M. V. Baptista, São Paulo: Cortez, 1991.

MAGALHÃES, Marionilde. **A lógica da suspeição: sobre os aparelhos repressivos no Brasil**. Rev. bras. Hist. vol. 17 n. 34 São Paulo 1997.

MAINWARING, Scott et all. **Classificando Regimes Políticos na América Latina, 1945-1999**. Rio de Janeiro: Dados v.44 n.4, 2001. Disponível no link: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582001000400001&lng=pt&nrm=iso

MARTINS, José de S. **A Política do Brasil: lúmpen e místico**. São Paulo: Editora Contexto, 2011

MAY, Tim. **Pesquisa Social: questões métodos e processos**, 3º ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MOREIRA, Sonia Virginia, **Análise documental como método e como técnica**. In: BARROS, Antonio; DUARTE, Jorge. **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação**. São Paulo: Editora Atlas, 2006, p. 269-279.

PORTELLI, Hugues. **Gramsci e a Questão Religiosa**. São Paulo: Editora Paulinas, 1984.

REZENDE, Maria J. **A Ditadura Militar no Brasil: Repressão e Pretensão de legitimidade 1964-1984**. Londrina: Editora UEL, 2001.

REZENDE, Maria J. **Raymundo Faoro e os enigmas da transição política no início da década de 1980 no Brasil**. Florianópolis: Revista de Ciências Humanas, EDUFSC, v. 42, n. 1 e 2, p. 165-192, abril e outubro de 2008. Disponível no link: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/revistacf/article/view/2178-4582.2008v42n1-2p165/13334>

SERBIN, Kenneth P. **Diálogos na sombra: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura**. São Paulo Companhia das Letras, 2001.

SIMMEL, Georg. **Religião: ensaios volume 2/2**. São Paulo: Olho d'Água, 2011.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Castelo a Tancredo**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

WANDERLEY, Luiz E. W. **Democracia e Igreja Popular**. São Paulo: EDUC, 2007.

WEBER, Max. **Ensaio de Sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1971.

WEFFORT, Francisco C. **Formação do pensamento político brasileiro: ideias e personagens**. São Paulo: Editora Ática, 2006.

WEFFORT, Francisco C. **O Populismo na política brasileira**. 3º ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

WOOD, Ellen M. **Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico**. São Paulo: Boitempo, 2011.

Fontes documentais:

Comissão de Justiça e Paz de São Paulo, **Comunicado a Imprensa**, 14 de março de 1978, 3 laudas²⁷

²⁷ Carta enviada ao semanário *O São Paulo*.

OSP²⁸. **Ainda no túnel**. [s.d.-- de --] de 1976, 2 laudas.

OSP. **Evangelização de Olinda**. [s.d. -- de -- 197-]²⁹, 10 laudas.

OSP. _____. [s.d. -- de -- de 197-]³⁰. 1 lauda.

OSP³¹. **Dois exigências urgentes**. 9 de agosto de 1977, 2 laudas.

OSP³². **A Igreja Católica e a Segurança Nacional**, 3 de março de 1978, 7 laudas

SOUZA, Ney de. **Entre a contestação e a convivência: Censura ao jornal O São Paulo durante o regime militar (1964-1985)**. Artigo apresentado em Fortaleza: XXV Simpósio Nacional de História, 2009.

²⁸ Não consta autoria, nem data precisa de produção.

²⁹ Matéria não consta autoria nem data de produção.

³⁰ Não consta autoria, nome, ou mesmo data de produção da matéria.

³¹ Autoria de "GG".

³² Autoria de "Oglai"